

A contabilidade como ferramenta de gestão para PMEs: uma análise do sistema de liquidez sob o enfoque neopatrimonialista

Alexandre Rodrigues

Renata Mendes

Vagner Antônio Marques

Wagner G. Silva

A Contabilidade, enquanto ciência, tem como objeto de estudo o patrimônio das células sociais (empresas e instituições). Objetivamente, ela fornece aos usuários informações que contribuem às tomadas de decisões. Enquanto técnica (arte), fornece ferramentas (análise das demonstrações contábeis, análise custo/volume/lucro, análise de projetos e investimentos etc.) que possibilitam uma melhor tomada de decisões. Nesse contexto, o presente artigo tratará da análise contábil, a partir da Teoria Neopatrimonialista, com foco no sistema de liquidez e sua contribuição como técnica aplicável à gestão empresarial, sobretudo em PMEs, que, conforme pesquisa do Sebrae, têm, como algumas das principais causas de fechamento, questões ligadas ao sistema de liquidez.



A Contabilidade pode ser definida como a Ciência que estuda o patrimônio das células sociais. Enquanto ciência, ela se presta a estudar os fenômenos inerentes ao patrimônio das células sociais. Enquanto técnica, ela fornece ferramentas (análise das demonstrações contábeis, análise custo/volume/lucro, análise de projetos e investimentos etc.) que possibilitam uma melhor tomada de decisões.

Para o exercício dessa capacidade, a Contabilidade se divide em diversas áreas que desenvolvem técnicas específicas oriundas do conhecimento científico gerado e que possibilitam aos gestores uma melhor tomada de decisão, quando da sua aplicação.

O cenário econômico brasileiro encontra campo fértil para a aplicação das técnicas contábeis existentes, sobretudo aquelas inerentes à Contabilidade Gerencial, que consiste no ramo que aplica o conhecimento contábil à gestão dos negócios.

Considera-se que mais de 99% das empresas brasileiras, segundo estudos do Sebrae, constituem-se de PMEs (sigla utilizada para a designação de pequenas e médias empresas, incluindo as microempresas). E que tais empresas respondem por quase 70% dos postos de trabalhos gerados, além de 20% do PIB nacional. Existe, assim, um mercado latente por si só, sem considerar a necessidade de intervenção de profissionais da área gerencial, sobretudo diante dos altos índices de mortalidade aplicáveis a esses perfis de empresas (em torno de 97% fecham em até 5 anos de vida). Desse modo, interessante se faz ressaltar que os principais motivos de fechamento dessas empresas, segundo pesquisa do Sebrae, são problemas ligados ao sistema de liquidez.

Agregado a esse cenário, o alto grau de desenvolvimento do conhecimento contábil possibilita utilizar técnicas que permitem uma maximização dos recursos disponíveis.

Nesse contexto, o presente artigo tratará da análise contábil, a partir da Teoria Neopatrimonialista, com foco no sistema de liquidez e sua contribuição como técnica aplicável à gestão empresarial, sobretudo em PMEs, as quais, via de regra, carecem de profissionais competentes à aplicação da mesma.

Contabilidade: ciência ou arte (técnica)

Para discutir o papel da Contabilidade, como ferramenta de gestão, cabe esclarecer as distinções entre ciência e arte (técnica), a fim de se enquadrar a Contabilidade de forma adequada visando uma melhor definição do escopo deste trabalho.

Herrmann Jr. (1996) entende que o conhecimento humano pode ser dividido em Ciência e Arte, mencionando:

Em todos os ramos do saber humano distinguem-se dois aspectos: 1º) pelo raciocínio procura-se penetrar a razão das coisas e investigar a natureza dos fatos; 2º) pela prática estudam-se os meios para tornar úteis à humanidade os resultados das observações. O primeiro corresponde à ciência e o segundo, à arte.

Para Ranieri *apud* Herrmann Jr. (1996):

(...) a ciência, no pensamento, é um sistema de conhecimentos, e a arte um sistema de ação, que interdependem, porque a ciência tem necessidade da arte para ser útil à vida e dirigir a marcha das coisas humanas, e a arte se apóia na ciência para tornar-se esclarecida e consciente das fins e da sua potencialidade.

Coquelin *apud* Herrmann Jr. (1996) destaca que:

A arte consiste em uma série de preceitos ou de regras a seguir; e a

ciência no conhecimento de certos fenômenos ou de certas relações observadas ou reveladas. A arte aconselha, prescreve, dirige; a ciência observa, expõe, explica. Um astrônomo, observando ou descrevendo a trajetória dos astros, faz ciência; mas, feitas as observações, deduzindo regras aplicáveis à navegação prática, exerce uma arte. Assim: observar e descrever fenômenos reais é ciência; ditar preceitos, prescrever regras é arte.

Parece-nos lógica a distinção entre ciência e arte (técnica): enquanto a primeira se preocupa em conhecer as substâncias do objeto de estudo, a segunda se ocupa da aplicação dos conhecimentos obtidos pela ciência; uma estuda, a outra aplica o conhecimento, sendo interdependentes.

A Contabilidade, surgida empiricamente, ganhou *status* de ciência por volta do século XIX quando a Academia de Ciência da França enquadrou-a como ciência social. Marques (2005) disserta:

Em 1836 após anos de discussão sobre o enquadramento científico da Contabilidade, foi definido pela Academia de ciência da França, classificando-a como ciência social, algo já prenunciado pelos ilustres pensadores como Vincenzo Masi que justificou tal classificação com o seguinte raciocínio:

- Objeto da Contabilidade é o patrimônio, como conjunto de meios aptos a suprir as necessidades humanas;
- As necessidades humanas a serem supridas são as das aziendas que são células sociais;
- As células sociais formam o todo da sociedade;
- Somatório dos patrimônios aziendais é que permite a formação do patrimônio das sociedades.

REQUISITOS LÓGICOS NECESSÁRIOS A UMA CIÊNCIA:	REQUISITOS CUMPRIDOS PELA CONTABILIDADE:
Possuir um OBJETO ou matéria específica de estudos.	O PATRIMÔNIO das aziendas ou células sociais é o objeto de estudos específico.
Analisar o objeto sob um ASPECTO PECULIAR.	A EFICÁCIA ou satisfação das necessidades plenas das células sociais é o aspecto sob o qual a riqueza é observada.
Levantar hipóteses válidas.	Hipóteses sobre POTENCIALIDADES do patrimônio, como as contingências, por exemplo, são freqüentes.
Estudar fenômenos com rigor ANÁLITICO.	ANÁLISE DA LIQUIDEZ, ANÁLISE DE CUSTOS, ANÁLISE DO RETORNO DE INVESTIMENTOS, etc.
Possuir MÉTODOS básicos de estudo do objeto.	Os métodos FENOMENOLÓGICO e INDUTIVO AXIOMÁTICO são os básicos.
Enunciar VERDADES de valor universal.	Exemplo: quanto maior a velocidade do capital circulante, tanto menor a necessidade de capital próprio.
Permitir PREVISÕES.	ORÇAMENTOS financeiros, de custos, de lucros etc. são usuais.
Acolher CORRENTES DOUTRINÁRIAS.	Teoria das Aziendas, Teoria do Rêdito, Teoria do Valor, Teoria do Equilíbrio Patrimonial, Teoria das Funções Sistemáticas, etc. São algumas das muitas existentes.
Basear-se em conhecimentos de natureza TRADICIONAL conquistados.	MILENAR é a acumulação do conhecimento contábil.
Prestar utilidade.	Aplicam-se MODELOS DE COMPORTAMENTO DA RIQUEZA PARA GESTÃO empresarial e institucional a orientação de investimentos; ao controle orçamentário e fiscal, a produção de meios de julgamento, etc.

QUADRO 1: Requisitos lógicos necessários a uma ciência

Fonte: Sá (1998).

SÁ (1998) corrobora a classificação como ciência conforme Quadro 1, acima.

Sendo enquadrada como ciência, cabe defini-la enquanto tal.

Marion (2006), mencionando a estrutura conceitual básica da Contabilidade, leciona que a "Contabilidade pode ser considerada como sistema de informação destinado a prover seus usuários de dados para ajudá-los a tomar decisão".

Iudicibus *apud* Nakagawa (1993) define a Contabilidade da seguinte forma: "A Contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização".

Weffort (2005) leciona que: "Enquanto disciplina aplicada ou área do conhecimento, a Contabilidade tem como missão principal fornecer infor-

mações sobre transações financeiras, em especial, e de negócios, em geral, para diversos usuários".

Padoveze (2000), distinguindo Contabilidade Gerencial de Contabilidade Financeira, define que: "A Contabilidade Financeira, que é relacionada com o fornecimento de informações para os acionistas, credores e outros que estão fora da organização".

Franco *apud* Peters (2004) define que: "O fim a que se destina a Contabilidade é o de satisfazer as necessidades de informação dos usuários das demonstrações contábeis".

Sob o enfoque Neopatrimonialista, pode ser definida como a ciência que estuda o patrimônio das células sociais visando à satisfação das necessidades das mesmas (Liquidez, Resultabilidade, Produtividade, Economicidade, Elasticidade, Invulnerabilidade e Socialidade).

Para essa corrente de pensamento,

a Contabilidade não consiste em um sistema de informação, pois o argumento utilitarista carece de sustentação uma vez que, dessa maneira, todas as ciências seriam conceituadas como sistemas de informações.

Entende-se que o registro dos fatos e dados gerados (Demonstrações Contábeis), esse, sim, consiste em informações; contudo, enquanto ciência, o papel da Contabilidade se baseia em estudar o que se passa com o Patrimônio apresentado nos dados mencionados. Dessa forma, distinguem-se os fins dos meios. Demonstrações, dados e informações constituem meios para se entender o que se passa com o Patrimônio desta ou daquela empresa.

Isso implica dizer que ao profissional da Contabilidade caberá analisar as demonstrações (que para ele são dados) com base no conhecimento científico, buscando fundamentar o que se

passa com o patrimônio, visando transformar esse conhecimento em informações úteis (técnica) de forma a satisfazer as necessidades das células sociais (empresas).

Retomando a conceituação feita inicialmente, a Contabilidade, enquanto observadora do patrimônio social, é tratada como ciência; já como ferramenta de gestão é tida como técnica, ou seja, o conhecimento gerado pelos estudos contábeis aplicados aos casos concretos conceitua-se como técnica contábil.

Contabilidade Financeira, Gerencial e as PMEs

Pragmaticamente, a Contabilidade deve fornecer aos usuários informações úteis à tomada de decisões. Marion (2006) define:

A Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

No âmbito interno (sobretudo os gestores em todos os níveis), a Contabilidade Gerencial é o ramo que cumpre esse papel.

A Contabilidade Gerencial pode ser conceituada como a área da Contabilidade que fornece técnicas desenvolvidas com a finalidade de maximizar os resultados das empresas.

Atkinson *apud* Padoveze (2000) leciona:

Contabilidade Gerencial – Informação que cria valor – Sistemas contábeis gerenciais efetivos podem criar valor considerável, pelo fornecimento de informações acuradas e oportunas sobre as atividades necessárias para o sucesso das organizações hoje.

Ross *apud* Padoveze (2000) corrobora que a “função-objetivo da Contabilidade Gerencial de criação de valor é um conceito objetivo, pois pode ser mensurado economicamente”.

Padoveze (2000) reforça que “o conceito de criação (ou adição) de valor na Contabilidade Gerencial como finanças, está ligado ao processo de geração de lucro para os acionistas”.

Sendo a Contabilidade Gerencial responsável pela geração de informações úteis aos usuários internos (sobretudo gestores e administradores), caberá à mesma desenvolver técnicas que possibilitem aos usuários uma melhor gestão dos negócios.

Dentro dessa perspectiva competirá à Contabilidade Gerencial (ou à área responsável, geralmente a Controladoria), o gerenciamento dos Sistemas de Informações, Planejamento e Gestão Estratégica, Planejamento e Controle de Custos, Planejamento e Controle Orçamentário, Planejamento e Controle Financeiro (Políticas de Dividendos, Investimentos, Desinvestimentos etc.).

A partir dos conceitos tratados anteriormente, necessário se faz delimitar o escopo do presente artigo.

Visto que a Contabilidade constitui-se de uma Ciência que pragmaticamente desenvolve técnicas que possibilitam aos gestores uma melhor tomada de decisão, trataremos neste artigo da análise do sistema de liquidez (Neopatrimonialismo), uma das funções da Contabilidade Gerencial. Destaca-se que o enfoque do trabalho é demonstrar a ligação das Demonstrações Contábeis com o cotidiano empresarial, sobretudo das micro e pequenas empresas (a maioria das empresas brasileiras).

Nossa preocupação com esse segmento de negócio (PMEs) se fundamenta na análise dos dados a seguir, extraídos do relatório Balanço das Ações – Novembro/2000 a Dezembro/

2005 do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte apresentado em janeiro de 2006 (vide tabelas 1 e 2).

Sem adentrarmos nessas questões conjunturais que promovem o atual cenário, podemos perceber, a partir da análise das duas tabelas, que as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte respondem por aproximadamente 99% do total de empresas brasileiras registradas até 2002; se adicionarmos as Médias Empresas, esse percentual sobe para 99,7%, ou seja, quase a totalidade.

Em termos de ocupação da força de trabalho, as MEs e EPPs respondem por 53% do total de pessoas economicamente ativas empregadas (a relação de emprego independe da formalização, podendo existir a partir da existência de três elementos fundamentais: continuidade, cumprimento de horário e subordinação): somando-se as Empresas Médias, o total de empregados sob a guarda dessas empresas sobe para 68,3%.

Agregando-se a esses dados a participação no PIB – Produto Interno Bruto desse segmento, em torno de 20% à época dos dados (2002), estimado em R\$ 1,3 trilhão, podemos entender o quão importante são para a economia brasileira. Por outro lado, dados alarmantes apresentados corriqueiramente pela mídia e órgãos de classes demonstram que o índice de mortalidade (por volta de 97% entre os 5 primeiros anos de vida) é alto.

Em pesquisa realizada pelo Sebrae em 2004, como causas das dificuldades e razões para o fechamento das empresas, foram obtidos os seguintes dados: (vide tabela 3).

Se fizermos uma leitura sobre as principais razões que levam ao fechamento de um negócio (PMEs), veremos que as principais causas mencionadas relacionar-se-ão com as estratégias de marketing e financeira. Enquan-

TABELA 1 – Distribuição percentual do número de empresas, por porte e setor de atividade – 1996-2002.

	MICRO		PEQUENA		MÉDIA		GRANDE		TOTAL	
	1996	2002	1996	2002	1996	2002	1996	2002	1996	2002
Indústria	90,5	90,7	7,4	7,7	1,7	1,4	0,4	0,3	100,0	100,0
Construção	90,2	91,9	7,9	6,5	1,6	1,3	0,2	0,2	100,0	100,0
Comércio	95,5	95,4	4,1	4,3	0,3	0,2	0,2	0,1	100,0	100,0
Serviços	90,7	92,3	7,6	6,6	0,8	0,6	0,9	0,6	100,0	100,0
TOTAL	93,2	93,6	5,7	5,6	0,6	0,5	0,4	0,3	100,0	100,0

Fonte: Boletim Estatístico de Micro e Pequenas Empresas/ Observatório Sebrae 1º Semestre 2005.

TABELA 2 – Rais – Distribuição percentual do número de trabalhadores, por porte de empresa e setor – 2002-2003.

	MICRO		PEQUENA		MÉDIA		GRANDE		TOTAL	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Indústria	19,4	19,3	25,6	25,4	27,9	27,6	27,1	27,7	100,0	100,0
Construção	26,6	26,1	32,2	32,3	27,5	27,0	13,8	14,5	100,0	100,0
Comércio	42,9	26,1	35,4	32,3	8,7	27,0	13,0	14,5	100,0	100,0
Serviços	19,4	19,5	24,1	24,3	10,0	9,9	46,6	46,3	100,0	100,0
TOTAL	25,2	25,3	27,6	27,7	15,5	15,3	31,7	31,7	100,0	100,0

Fonte: Boletim Estatístico de Micro e Pequenas Empresas/ Observatório Sebrae 1º Semestre 2005/ Relação Anual de Informações Sociais – RAIS-TEM.

TABELA 3 – Causas das dificuldades e razões para o fechamento das empresas.

CATEGORIAS	RANKING	DIFICULDADES/RAZÕES	% EMPRESÁRIOS QUE RESPONDERAM
Falhas Gerenciais	1º.	Falta de capital de giro	42%
	3º.	Problemas financeiros	21%
	8º.	Ponto/Local inadequado	8%
	9º.	Falta de conhecimentos gerenciais	7%
Causas Econômicas Conjunturais	2º.	Falta de clientes	25%
	4º.	Maus pagadores	16%
	6º.	Recessão econômica no país	14%
Logística Operacional	12º.	Instalações inadequadas	3%
	11º.	Falta de mão-de-obra qualificada	5%
Políticas Públicas e arcabouço legal	5º.	Falta de crédito bancário	14%
	10º.	Problemas com a fiscalização	6%
	13º.	Carga tributária elevada	1%
	7º.	Outra razão	14%

Fonte: <www.sebrae.com.br/br/mortalidade_empresas/resumoexecutivo.asp>.

to a primeira visa definir políticas de divulgação, captação e manutenção dos clientes, a segunda trata da continuidade do negócio no que se refere às finanças (políticas de remuneração dos sócios, investimentos, expansão, retração etc.).

Destaca-se que, no que se refere às estratégias financeiras, a Contabilidade Gerencial é campo fértil para a contribuição ao empresariado, seja micro, pequeno, médio ou grande; contudo, o acesso dos micros e pequenos a es-

sas tecnologias é restrito. Sem entrar na busca das causas dessa anomalia, nos ateremos a dizer que compete ao profissional de Contabilidade auxiliá-los devidamente nesse campo (Contabilidade Gerencial).

Observa-se que as micro e pequenas empresas, via de regra, não possuem um setor ou um profissional competente a desenvolver trabalhos ligados à Contabilidade Gerencial; caberá às mesmas a terceirização dos serviços, seja para a assessoria permanen-

te, ou ainda para atividades de consultoria em aspectos específicos, como formação de preço de vendas, análise de projetos de investimentos etc.

Contabilidade Gerencial x Análise das Demonstrações Contábeis

Cotidianamente, verifica-se que o empresariado desconsidera as informações prestadas pelas Demonstrações Contábeis, seja pelo desconhecimento

da nomenclatura disponibilizada, desinteresse devido ao tecnicismo das mesmas ou ainda o tempo em que são elaboradas (geralmente muito após o encerramento do período, seja ele mês, semestre, ano ou qualquer outro definido).

Ocorre que as Demonstrações Contábeis são um 'retrato' da situação da empresa em dado momento, considerando obviamente a veracidade e completude das informações prestadas. Essas demonstrações, apesar de constituírem-se de uma peça estática (com valores históricos em grande parte dos casos), possibilitam extrair dados de forma a prospectar cenários e situações visando antecipar as ações para minimizar os riscos das mais diversas ordens.

Sá (2007) esclarece que:

A expressão demonstração contábil, em sentido genérico, significa uma peça técnica que visa a tornar evidente uma situação determinada, espelhando um sistema patrimonial de funções ou um grupo específico de fatos. Tudo o que pode interessar como conjunto de informes pode também gerar uma demonstração contábil.

É interessante destacar que Sá (2007) amplia o conceito transmitindo a mensagem que, guardados os formalismos legais obrigatórios, nada nos impede de, complementarmente ou subsidiariamente, desenvolvermos "Demonstrações Contábeis" que melhor atendam à demanda existente.

A Análise das Demonstrações Financeiras constitui um dos tópicos inerentes à Contabilidade Gerencial que, por consequência, tem como função a maximização da satisfação das necessidades dos diversos sistemas de funções (sob o viés Neopatrimonialista) e, objetivamente, o fornecimento aos gestores de informações para que possam decidir da melhor forma possível.

Essas informações são prestadas em sua maioria a partir da análise das Demonstrações Contábeis (sejam elas legais ou gerenciais).

Matarazzo (2003) corrobora nosso entendimento afirmando que: "A Análise de Balanços objetiva extrair informações das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisões".

Sá (2007) conceitua a análise de balanços da seguinte forma: "Análise de balanços é o estudo da situação de uma parte, de um sistema de partes ou do todo patrimonial de uma empresa ou de uma instituição sem fins lucrativos, mediante a decomposição de elementos e levantamento de dados contábeis".

Marion (2006), mencionando o papel específico do Balanço Patrimonial como ferramenta de gestão, leciona:

Poderíamos ainda, numa abordagem mais específica, atribuir ao Balanço Patrimonial a função (entre outras) de indicador da Situação Financeira da Entidade, ou seja, a capacidade de pagamento da empresa. A simples comparação entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante propicia ao usuário do Balanço Patrimonial uma visão panorâmica da Situação Financeira da empresa a curto prazo (para o exercício social seguinte ao encerramento do Balanço).

Sá (2005) disserta:

Finalidade da técnica analítica contábil é a de conseguir opinião sobre um empreendimento, para suprir a múltiplos objetivos (conceder crédito, julgar gestões, prever continuidade dos negócios etc.) visando a conhecer a "capacidade patrimonial e a do Empreendimento" em pagar, lucrar, ter vitalidade, equilibrar-se, ser eficiente, proteger-se contra o risco, dimensionar-se, cooperar com os agentes transformadores da riqueza.

Como visto, a análise das Demonstrações Contábeis possibilitará ao gestor visualizar a situação geral do seu negócio.

Tendo em vista a amplitude do tema, abordaremos a análise das Demonstrações Contábeis, restringindo-nos a fazer uma apreciação do sistema de liquidez sob a égide da Teoria das Funções Sistemáticas do Patrimônio (Neopatrimonialismo).

Fundamentos do Neopatrimonialismo

O Neopatrimonialismo, corrente de pensamento inaugurada na década de 1970 pelo Prof. Dr. Antônio Lopes de Sá, desenvolve-se hoje através de seu precursor (Teoria Geral do Conhecimento Contábil) e de tantos outros pesquisadores, entre eles: Valério Nepomuceno, Pedro Onofre Fernandes, Yumara Lúcia Vasconcelos, Werno Herckert, Elizabete Serra Negra, Carlos Alberto Serra Negra, Marco Antônio Amaral Pires, Lígia Pimenta, José Amado do Nascimento, sob a sigla ACIN – Associação Científica Internacional Neopatrimonialista.

Surgida a partir do Patrimonialismo Masiano, a Teoria Neopatrimonialista deu um caráter sistemático à análise do fenômeno patrimonial. Marques e Pires (2005) a definem da seguinte forma:

Um conjunto de princípios ou normas gerais, proposições lógicas e racionais, sobre o fenômeno patrimonial, nas células sociais (empresas, instituições e etc.), suas funções e relações lógicas considerando a correlação sistemática daquelas; ou seja, com o ambiente interno, externo, a partir dos sistemas de funções inerentes ao fenômeno patrimonial. O fenômeno é analisado sob os vários aspectos que influenciam no Patrimônio da Célula Social.

A Teoria Lopesista em essência não se constitui dissonante do pensamento contábil existente; Carvalho *apud* Venâncio (2002) enuncia:

O Neopatrimonialismo não representa qualquer ruptura do conhecimento contabilístico, antes, representa a sua evolução; procurando fazer evoluir as idéias base de grandes pensadores da nossa ciência que vêm abrir o caminho para um estado superior da nossa intelectualidade.

Segundo a Teoria Neopatrimonialista, o Patrimônio constitui o objeto de estudos da Contabilidade. Entende-se como Patrimônio o conjunto de meios necessários (Pm) à satisfação das necessidades (Pn) das células sociais (aziendas).

O fenômeno patrimonial é analisado sob a perspectiva sistemática funcional. Essa análise se dá a partir do estudo dos sistemas de funções que envolvem o patrimônio. O Quadro 2, ao lado, define as características dos sistemas identificados pela Teoria Neopatrimonialista.

Segundo essa teoria, os fenômenos são analisados a partir de três relações lógicas: Essenciais, Dimensionais, Ambientais.

As relações lógicas Essenciais são as relações básicas da formação até do próprio patrimônio, pois expõem sobre sua gênese, que parte da psique humana.

Pires (2002) expõe que as relações lógicas essenciais são:

Relativas à natureza do fenômeno patrimonial propriamente dito. Entende-se que originalmente o homem sente a necessidade da obtenção de meios ou elementos patrimoniais adequados para a materialização de determinados propósitos (ou objetivos). A necessidade então, gerará as finalidades (como implicação natural) que

CATEGORIA I: SISTEMAS BÁSICOS	
<i>Contêm as necessidades primárias, que a empresa precisa anular para manutenção de suas atividades.</i>	
SISTEMAS	FUNÇÕES
da liquidez	Funções que, convertendo os meios em numerários ou equivalentes, suprem as necessidades de pagamentos.
da resultabilidade	Funções que, convertendo os meios em receitas hábeis, trazem resultados positivos ou lucros, igualando-se a um preço de venda que encerra custos e margem de lucro.
da estabilidade	Funções que promovam o equilíbrio dos componentes patrimoniais.
da economicidade	Funções que garantam a vitalidade da atividade e a sua sobrevivência.
CATEGORIA II: SISTEMAS AUXILIARES	
<i>Apoiam e desenvolvem a eficácia das funções básicas, representando necessidades secundárias, embora importantes.</i>	
SISTEMAS	FUNÇÕES
da produtividade	Funções que promovam, pelos meios aplicados, a eficiência ou o máximo aproveitamento dos referidos meios na produção.
da invulnerabilidade	Funções que ensejam a utilização dos meios para a cobertura dos riscos.
CATEGORIA III: SISTEMA COMPLEMENTAR	
<i>Decorrente do exercício desempenhado por todos os demais sistemas e serve para melhorar as condições de pleno aproveitamento dos meios patrimoniais.</i>	
da elasticidade	Funções que buscam o dimensionamento compatível com a atividade através da adaptação dos meios.
da socialidade	Funções que interagem com o ambiente endógeno e exógeno de forma a contribuir com a sociedade em que a célula social está inserida

QUADRO 2 – Classificação das Categorias dos Sistemas Funcionais

Fonte: Adaptado de Pimenta (2002).



FIGURA 1 – Relações Lógicas Essenciais

Fonte: Pires (2002).

promoverão a busca dos meios para satisfazê-las. As necessidades serão satisfeitas à medida em que os meios materializados forem úteis. A utilidade dos meios faz com que exerçam a função de forma a atingir a eficácia.

Em formato matemático, demonstra-se esse raciocínio da seguinte forma:

$$\begin{aligned} (P_n \rightarrow F_i) \quad (F_i \rightarrow P_m) \\ (F_i \rightarrow P_m) \quad (P_m \rightarrow f) \\ (P_m \rightarrow f) \quad (P_n = 0) \\ (P_n = 0) \Rightarrow E_a \\ E_a \leftrightarrow (P_n = 0) \end{aligned}$$

Fonte: Sá (2000)

A necessidade patrimonial (P_n) gerará a finalidade (F_i) do meio patrimonial (P_m); esse meio patrimonial deverá ou não exercer sua função (f); sendo essa exercida, teremos uma eficácia (E_a) do meio patrimonial; portanto, podemos concluir que a eficácia somente ocorrerá se a necessidade (P_n) tiver sido satisfeita, ou seja; quando $P_n = 0$.

Carvalho *apud* Venâncio (2002) define tal relação da seguinte forma:

Essenciais: se constituem na definição dos meios patrimoniais, suas necessidades e finalidades frente ao mercado que se insurge e as funções que devem ser exercidas objetivando a prosperidade patrimonial. Referem-se a natureza básica do fenômeno, qual seja, porque nasce, para que nasce e como nasce.

As relações Dimensionais são aquelas que levam em consideração uma hexadimensionalidade na análise do fenômeno patrimonial (Causa, Efeito, Quantidade, Qualidade, Tempo e Espaço).

Sá (1992) afirma que: "o entendimento sobre as "qualidades", "quantidade", "causa", "efeito" e "tempos" e

"espaços", como relações lógicas "dimensionais" dos fenômenos das riquezas, veio sempre em um crescente".

Pimenta (2002) leciona que: "Relações lógicas dimensionais: permitem analisar a dimensão ou aferição concreta do fenômeno. A funcionalidade ou utilidade do meio patrimonial ocorrerá dentro de aspectos lógicos associados".

Pires (1999) apresenta seus conceitos:

- Causa – que identificam as origens do evento;
- Efeito – que identificam o que ficou ou defluiu do efeito;
- Qualidade – o que caracteriza ou diferencia o fato ou elemento em relação a outros;
- Quantidade – qual a expressão da medida ou valor do fato;
- Tempo – qual a época em que o evento ocorre;
- Espaço – qual o local onde o fenômeno ocorreu.

Já as relações lógicas Ambientais abrangem os aspectos há tempos relegados pelos próprios contadores e que, a partir de discussões científicas como são os casos famosos do Fundo de Comércio, Capital Intelectual e tantos outros temas deveras pesquisados na atualidade, ganharam o devido valor.

Essas relações tratam da análise fenomenológica levando-se em consideração o ambiente em que a célula social está inserida e o que nela se insere.

Nessa relação considera-se o ambiente físico em si, o bairro, cidade, estado ou país em que se inserem as ações da diretoria e todos aqueles que fazem a entidade viver, tais como o ambiente cultural, mercadológico, enfim, tudo que constitui a célula social, seja material ou não, mas que logicamente influi na eficácia ou ineficácia da entidade.

O sistema de liquidez

Compreende o sistema de liquidez o conjunto de funções exercidas pelo

patrimônio, que responde pela capacidade de pagamentos e geração de recursos pela entidade. Dessa forma, esse sistema agrupará os meios que envolvam quantias monetárias, de caráter Realizável e Exigível, tais como contas bancárias, saldo a receber de vendas a prazo, estoques de mercadorias, fornecedores a pagar, impostos a pagar e outros. Trata-se dos recursos alocados nos grupos de contas do Ativo e Passivo Circulantes.

ATIVO	PASSIVO
Meios de pagamentos	Necessidades de pagamentos
Disponível + realizável a curto prazo	Exigível a curto prazo

Considerando que o fim último do Patrimônio é a satisfação das necessidades e que, para tal, deverá ocorrer a eficácia, conceituada inicialmente, podemos aplicar o conceito da seguinte forma.

A eficácia do Sistema de Liquidez ocorrerá se, e somente se, os meios (Disponível + Realizável a Curto Prazo) forem competentes ao suprimento ou satisfação das necessidades estabelecidas (Exigível a Curto Prazo). Destaca-se que a eficácia ocorrerá quando a quantidade de meios for idêntica às necessidades. Se o meio (P_m) for maior do que a necessidade (P_n), ocorrerá uma Ineficácia Relativa (E_a1) por excesso de recursos o que acarretará outras necessidades (P_n), como a de reinvestimento; já se o meio (P_m) for menor do que as necessidades (P_n), ocorrerá a ineficácia (I_a) por falta de recursos.

$$(P_m \rightarrow f) = (P_n = 0) \Rightarrow E_a$$

$$(P_m \rightarrow f) > (P_n = 1) \Rightarrow E_a (1)$$

$$(P_m \rightarrow f) < (P_n = -1) \Rightarrow I_a$$

O Neopatrimonialismo aplicado à análise das Demonstrações Contábeis com foco no sistema de liquidez

Cabe salientar que a análise em questão, baseada na superficialidade dos números, não consiste efetivamente na verdade sobre os fatos. Há que considerar as relações lógicas essenciais, dimensionais e ambientais mencionadas pelo Neopatrimonialismo.

Tratando-se do sistema de liquidez, extremamente estratégico ao negócio, sobretudo em PMEs (conforme visto nas

causas de mortalidade dessas empresas), a busca dos motivos que as levaram a essa situação é crucial para o entendimento dos rumos do negócio.

Utilizaremos uma análise das Demonstrações Contábeis com foco no sistema de liquidez, a partir do viés Neopatrimonialista, através do estudo de caso da Sociedade Empresária Comercial Patrimonium.

A empresa Comercial Patrimonium, criada no ano de 19X0 com a finalidade de comercializar móveis e eletrodomésticos, apresentou as seguintes demonstrações contábeis levantadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 19X1.

COMERCIAL PATRIMONIUM

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31/12/19X1

	1.9X1	1.9X0		19X1	19X0
ATIVO			PASSIVO		
DISPONIBILIDADES	1.000	5.000	FORNECEDORES	104.500	0
CONTAS A RECEBER	130.000	0	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	44.096	0
ESTOQUES DE MERCADORIAS	35.000	0			
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	<u>166.000</u>	<u>5.000</u>	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	<u>148.596</u>	<u>0</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.000	0			
TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	<u>1.000</u>	<u>0</u>			
IMOBILIZADO			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Custo Corrigido	10.000	5.000	Capital Social	12.500	12.500
(-) Depreciação	(1.500)	(500)	Lucros Acumulados	14.404	(3.000)
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO	<u>8.500</u>	<u>4.500</u>	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>26.904</u>	<u>9.500</u>
ATIVO TOTAL	<u>175.500</u>	<u>9.500</u>	PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>175.500</u>	<u>9.500</u>

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO LEVANTADA EM 31/12/19X1

	19X1	19X0
RECEITA BRUTA DE VENDAS	130.000	13.000
(-) DEDUÇÕES DE VENDAS (30%)	(39.000)	(3.900)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	91.000	9.100
CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS	(51.800)	(5.130)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	39.200	3.970
DESPEAS (RECEITAS) OPERACIONAIS		
Despesas Administrativas e Comerciais	(13.500)	(6.250)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(1.000)	(500)
Despesas (Receitas) Financeiras Líquidas	(2.200)	(220)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	22.500	(3.000)
PROV. IMPOSTO DE RENDA	(3.375)	0
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19.125	(3.000)
PROV. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO	(1.721)	0
LUCRO LÍQUIDO	17.404	(3.000)

DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS LEVANTADA EM 31/12/19X1

	19X1	19X0
DAS ORIGENS		
OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	17.404	
Ajustes do Lucro Líquido do Exercício		
(+) Depreciação, Amortização, Exaustão	1.000	
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	18.404	
DOS ACIONISTAS		12.500
TOTAL DE ORIGENS	18.404	12.500
DAS APLICAÇÕES		
OPERACIONAIS		
Prejuízo Líquido do Exercício		3.000
Ajustes do Prejuízo Líquido do Exercício		
(+) Depreciação, Amortização, Exaustão		(500)
PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO		2.500
AUMENTO DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.000	0
INVESTIMENTOS EM ATIVO IMOBILIZADO	5.000	5.000
TOTAL DE APLICAÇÕES	6.000	7.500
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CCL	<u>12.404</u>	<u>5.000</u>
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
SALDO INICIAL DO ATIVO CIRCULANTE	5.000	0
SALDO FINAL DO ATIVO CIRCULANTE	166.000	5.000
	<u>161.000</u>	<u>5.000</u>
SALDO INICIAL DO PASSIVO CIRCULANTE	0	0
SALDO FINAL DO PASSIVO CIRCULANTE	148.596	0
	<u>148.596</u>	<u>0</u>
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>12.404</u>	<u>5.000</u>

O primeiro passo é isolar nosso objeto de observação (Sistema de Liquidez) já definido anteriormente.

ATIVO			PASSIVO		
MEIOS DE PAGAMENTOS DISPONÍVEL + REALIZÁVEL A CURTO PRAZO			NECESSIDADES DE PAGAMENTOS EXIGÍVEL A CURTO PRAZO		
	19X1	1.9X0		19X1	19X0
ATIVO			PASSIVO		
DISPONIBILIDADES	1.000	5.000	FORNECEDORES	104.500	0
CONTAS A RECEBER	130.000	0	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	44.096	0
ESTOQUES DE MERCADORIAS	35.000	0			
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	166.000	5.000	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	148.596	0

Inicialmente pode-se inferir que a variação dos itens circulantes (CCL = Ativo Circulante – Passivo Circulante), comparando-se os exercícios, foi vertiginosa, em torno de 248,08%; esse acréscimo consiste em afirmar que o total de ativos realizáveis de curto prazo, se liquidados em determinada data, seriam suficientes para quitar o total de dívidas da empresa.

Destaca-se que, no caso em questão, o CCL referente ao exercício de 19X1 corresponde exatamente ao lucro do exercício ainda não realizado (R\$17.404,00).

Cabe-nos destacar que, considerando a dimensão quantitativa, os meios serão suficientes à satisfação das necessidades da entidade; contudo, se considerarmos o aspecto temporal oral, a entidade talvez não se encontre em situação satisfatória.

Admitindo-se que o prazo médio de vencimento das dívidas seja de 30 dias para 50% das dívidas e o restante em 60 dias e o prazo de vencimentos dos realizáveis seja de 30 para 30% das contas a receber; 60 dias para 30% do saldo de contas a receber e 90 dias para os outros 40%. Dessa maneira, considerando-se a temporalidade dos meios e das necessidades, a empresa implicará ineficácia relativa uma vez

que não conseguirá satisfazer as necessidades de pagamento a contento, configurando insuficiência de recursos para a quitação das dívidas. Nessa situação, a empresa terá a necessidade de obtenção de novos recursos, sejam eles das operações, dos sócios ou de terceiros.

Ocorre que a disfunção temporal no sistema de liquidez tende a uma sistêmica ineficácia em boa parte dos casos, sobretudo em PMEs. Isso porque a ingerência desse sistema e o desconhecimento da ciência por trás dos ciclos do mesmo direcionam os gestores a tomadas errôneas de decisão.

Uma crença comum é que, em casos de ineficácia por disfunção temporal no sistema de liquidez, o melhor a fazer é vender mais e em maior velocidade os estoques, o que se apresenta como uma falácia.

Esse procedimento fará com que a empresa se endivide com maior agilidade, pois venderá os estoques e terá que repô-los logo em seguida.

Nessa situação o que se espera como postura do empresário ou gestor é que se ajustem os prazos (ciclo ou giro) dos seus meios patrimoniais (Ativo Circulante) e necessidades patrimoniais (Passivo Circulante), ajustando-os à sua realidade, seja essa a redução

dos prazos de vencimentos de contas a receber, o alongamento dos prazos de vencimentos dos exigíveis; dessa maneira, a empresa manterá a capacidade de pagamento das suas obrigações.

Considerando que a ciência observada e a técnica prescreve. A Contabilidade gerencial, como técnica, apresenta ferramentas aplicáveis ao caso, cabendo ao gestor executar as ações propostas pelos contadores, consultores ou assessores, especialistas sobre o assunto, evitando, prevendo e antecipando demandas e cenários.

O exemplo apresentado (simplório devido ao nosso objetivo – demonstrar a aplicabilidade do conhecimento científico) evidencia um fenômeno recorrente no ambiente das PMEs: ‘Disfunção temporal dos meios patrimoniais’. Nesses casos, se nenhuma ação for tomada para reduzi-la ou eliminá-la, as estatísticas relativas à mortalidade das PMEs, como mencionado na pesquisa citada realizada pelo Sebrae, continuarão a apresentar, como principais fatores determinantes do fechamento dessas empresas, a falta de capital de giro, alto índice de inadimplência e outros correlatos que, segundo o levantamento, foram mencionados por mais de 42% dos respondentes.

Considerações finais

Conforme apresentado nos tópicos anteriores, a Contabilidade é uma ciência social, que tem como função estudar o patrimônio das células sociais (empresas e instituições); objetivamente, ela se presta a fornecer aos usuários informações úteis para melhor tomada de decisão.

Partindo-se dessa premissa, a Contabilidade, enquanto observadora dos fenômenos inerentes ao patrimônio, constitui a Ciência Contábil e, como fornecedora ou geradora de informações, constitui-se de técnica. Como técnica, ela se divide em ramos do conhecimento contábil (Contabilidade Financeira, Gerencial, de Custos etc.) para atender às necessidades de seus usuários (internos ou externos).

Comprovou-se também que mais de 99% das empresas brasileiras são PMEs e que elas respondem por cerca de 20% do PIB e possuem uma taxa de mortalidade alta, em torno de 97%. Constatou-se que essa mortalidade em grande parte é causada por fatores ligados ao sistema de liquidez (capacidade de pagamentos e realização dos recursos) e que a Contabilidade Gerencial, através da utilização de teorias científicas como a Neopatrimonialista, pode se prestar a solucionar os problemas decorrentes da ingêrência desse sistema de funções.

Percebe-se que cabe, aos profissionais da Contabilidade e gestores, criar um canal de comunicação para romper com a falácia de que a Ciência se restringe ao ambiente acadêmico e que essa se constitui de maneira distinta daquela, o que consiste em uma deficiência sobre o conceito de ciência, técnica ou arte. Esses campos, ciência e técnica (prática), são interdependentes, podem e devem conviver simultaneamente.

De forma sucinta, demonstrou-se

que os conceitos emanados das teorias científicas constituem-se de resultados das observações feitas pelos cientistas visando conhecerem seu objeto de estudo em profundidade, estabelecendo princípios gerais, axiomas, teoremas e teorias que posteriormente possibilitarão o desenvolvimento de técnicas que fundamentarão as ações dos gestores na solução de problemas cotidianos (como os relativos à insolvência).

Nota-se que a ruptura com esse paradigma contribuirá com a redução do índice de mortalidade das PMEs brasileiras criando um círculo vicioso benéfico a todos os *stakeholders*.



Alexandre Rodrigues – Bacharel em Ciências Contábeis com ênfase em Controladoria pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Sócio da Agathon Controladoria e Gestão.



Renata Mendes – Pós-graduanda (*Lato Sensu*) em Controladoria Estratégica pelo Instituto de Educação Continuada da PUC Minas, bacharel em Ciências Contábeis com ênfase em Controladoria pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Sócia da Agathon Controladoria e Gestão.



Vagner Antônio Marques – Pós-graduando (*Lato Sensu*) em Gestão de Negócios pelo IBMEC Business School, bacharel em Ciências Contábeis pelo Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Membro da ACIN – Associação Científica Internacional Neopatrimonialista e sócio da Agathon Controladoria e Gestão.



Wagner G. Silva – Pós-graduado (*Lato Sensu*) em Gestão Contábil e Tributária, bacharel em Ciências Contábeis com ênfase em Controladoria pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Sócio da Agathon Controladoria e Gestão.

REFERÊNCIAS

- HERRMANN JR., Frederico. **Contabilidade Superior: Teoria Econômica da Contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MARQUES, Vagner Antônio. O Empirismo e a Contabilidade: Uma abordagem histórica. **Revista Brasileira de Contabilidade** n.162, p. 57-62, nov./dez. 2006.
- MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Básica e Gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- NAKAGAWA, Masayuki. **Introdução à Controladoria: Conceitos, Sistemas, Implementação**. São Paulo: Atlas, 1993.
- PADOVEZE, Clóvis Luis. **Contabilidade Gerencial Um Enfoque em Sistema de Informação Contábil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- PETERS, Marcos R. S. **Controladoria – Incluindo: Sarbanes Oxley ACT e USGAAP**. São Paulo: DVS Editora, 2004.
- PIMENTA, Ligia. Um voo rasante sobre a análise dos custos como elemento do sistema da resultabilidade na concepção da Teoria das Funções Sistemáticas. **Boletim IPAT/UNA**, Belo Horizonte. n.18, p. 117-146, maio 2002.
- PIRES, Marco Antônio do Amaral. Elementos Estruturais da Teoria das Funções Sistemáticas e sua contribuição ao desenvolvimento social. **Jornal de Contabilidade – APOTEC**, n. 334, ano XXIX, p. 4-12, jan. 2005.
- _____. Estrutura da Teoria Contábil Lopesista. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 99, p. 34-46, dez./99.
- SÁ, Antônio Lopes de. **Fundamentos da Contabilidade Geral**. 2. ed. (2005), 3. tir. Curitiba: Jurua Editora, 2007.
- _____. **Moderna Análise de Balanços ao Alcance de Todos**. Curitiba: Jurua Editora, 2005.
- _____. **Disfunção temporal dos elementos patrimoniais**. Disponível em <www.crcmg.org.br/cenesco/teoria2.htm>. Acesso em: 03 nov. 2001.
- _____. **História Geral e das Doutrinas da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.
- _____. **Teoria da Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- _____. **Teoria Geral do Conhecimento Contábil**. Belo Horizonte, Edição IPAT/UNA, 1992.
- SERVICO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE - Balanço das Ações – novembro/2000 a dezembro/2005. In: **Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**. Brasília, 2006.
- _____. **Informações sobre mortalidade de empresas**. Disponível em <www.sebrae.com.br/br/mortalidade_empresas/resumoexecutivo.asp>. Acesso em: 21 jul. 2007.
- VENÂNCIO, Dercio A. dos Santos. O Neopatrimonialismo como Vertente Doutrinária na Evolução da Contabilidade. **Boletim IPAT/UNA**, Belo Horizonte, n.18, p. 81-113, maio 2002.
- WEFFORT, Elionor F. Freije. **O Brasil e a Harmonização Contábil Internacional: Influências dos Sistemas Jurídico e Educacional, da Cultura e do Mercado**. São Paulo: Atlas, 2005.